



Diário Oficial de Bauru

ANO XVI - 1937 www.bauru.sp.gov.br

TERÇA, 29 DE MARÇO DE 2011

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PODER EXECUTIVO

Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça
Prefeito Municipal

Seção I Gabinete do Prefeito

Giasone Albuquerque Candia
Chefe de Gabinete

PROJETOS DE LEI enviados à Câmara Municipal

PROJETO DE LEI Nº 28/11

P.14.249/11 *Reajusta o teto de remuneração e o valor de face do vale-refeição dos servidores públicos municipais.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAURU, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Município de Bauru, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei,

Art. 1º O teto de remuneração previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.365, de 16 de maio de 2006, alterado pela Lei nº 5.895, de 14 de abril de 2010 para fins de percepção do vale-refeição, passa a ser de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. O valor mencionado no caput deste artigo retroagirá às datas das vigências dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários da Saúde e da Administração para aqueles servidores que deixaram de receber o vale-refeição em função das respectivas implantações.

Art. 2º O valor de face do vale-refeição de que trata o art. 4º da Lei nº 5.365, de 16 de maio de 2006, alterada pelo art. 6º da Lei nº 5.737, de 06 de maio de 2009, passa a ser de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas verbas próprias no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2011.

Bauru, ...

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

28, março, 11

Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação e aprovação dessa Augusta Casa, o presente projeto de Lei referente à concessão de reajuste do valor face e no teto do vale-refeição.

Através do presente, achamos por bem, elevar o teto de remuneração previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.365, de 16 de maio de 2006, para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), para fins de percepção de vale-refeição, elevando ainda o valor de face para R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos).

Vale destacar ainda, que o teto de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) retroagirá às datas das vigências dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários da Saúde e da Administração para aqueles servidores que deixaram de receber o vale-refeição em função das implantações.

Destarte, pela relevância da matéria, contamos com a aprovação do projeto em questão.

Atenciosas saudações,

RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 6.310/11 - PROCESSO Nº 20.914/2.010 - E-doc 9.322/11 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BAURU - **CONTRATADA:** TORINO INFORMÁTICA LTDA - **OBJETO:** A CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE 01 (um) DESKTOP, marca HP, modelo Compaq 6005 pro, melhor descrito no Anexo I do Edital nº 187/10, respectivamente e nos termos de sua proposta anexa ao Processo nº 20.914/2.010 - **PRAZO:** 12 meses - **VALOR TOTAL:** R\$ 1.905,00 - **MODALIDADE:** Pregão Presencial nº 53/10 - **PROponentes:** 07 - **Assinatura:** 02/03/2011, conforme art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

Seção II Secretarias Municipais

Secretaria da Administração

Richard Vendramini
Secretário

DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL
DIVISÃO DE APOIO AO SERVIDOR

RECADASTRAMENTO DO BENEFÍCIO
AJUDA DE CUSTO PARA FILHOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Comunicamos que os servidores ativos, aposentados, pensionistas e representantes legais que recebem o benefício "AJUDA DE CUSTO PARA FILHOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA", devem efetuar o Recadastramento, no Período de 10 de Janeiro à 31 de Março de 2011.

DOCUMENTOS PARA RECADASTRAMENTO:

Servidores Estatutários:

- 1- Atestado médico recente que comprove a deficiência permanente e definitiva, com CID (código internacional de saúde)
- 2- Declaração do INSS informando que o portador de deficiência não recebe nenhum benefício assistencial por este órgão
- 3- Declaração da Funprev, constando que o filho(a) encontra-se cadastrado como portador de deficiência. Atenção: Para solicitar a Declaração na Funprev, o responsável deve comparecer à FUNPREV munido de holerite atualizado, o atestado médico recente e a declaração negativa de benefício assistencial do INSS, documentos pessoais do dependente e do segurado e comprovante de residência.
- 4- Documentos Pessoais: do dependente e do segurado e comprovante de residência

Servidores/ Pensionistas Extranumerários (Celetistas):

- 1- Atestado médico recente que comprove a deficiência permanente e definitiva, com CID (código internacional de saúde)
- 2- Declaração do INSS informando que o portador de deficiência não recebe nenhum benefício assistencial por este órgão
- 3- Documentos Pessoais: do dependente e do segurado e comprovante de residência

Após obter toda a documentação supra mencionada o responsável deverá: AGENDAR HORÁRIO na SEÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL, para apresentar os documentos.

FONE: 3227-5650 - Av. Nuno de Assis nº 14-60 - Horário de Atendimento: 8h às 17h.

Salientamos que o RECADASTRAMENTO deverá ser efetuado de acordo com a Lei nº 5227/04 e Decreto nº 9928/04, até o mês de Março de 2011. O não comparecimento acarretará a SUSPENSÃO do pagamento do benefício a partir de abril de 2011.

Atenciosamente,
Seção de Serviço Social

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A Comissão Examinadora do concurso público para o cargo de Assistente em Gestão Administrativa e Serviços - Atendente informa o INDEFERIMENTO dos recursos protocolados sob os números 17304/2011, 13328/2011, 13328/2011, 13010/2011, 13100/2011 e 13614/2011.

CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIO: De acordo com o Exame de Seleção para Credenciamento de Estagiários de NÍVEL SUPERIOR, realizado nesta Prefeitura, solicitamos o comparecimento da candidata relacionada abaixo, no Departamento de Recursos Humanos, na Av. Dr. Nuno de Assis nº 14-60 - Jd. Santana (sala nº 5), no dia e horário indicado abaixo, para tratar de assunto relacionado ao credenciamento para estágio.

RELAÇÕES PÚBLICAS

CLAS.	NOME	R.G.
13º	Lais de Lima Pinheiro	44.957.087-3

COMPARECER PREFERENCIALMENTE NO DIA 29/03/2011 DAS 08HS00 AS 11HS30.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

TORNA SEM EFEITO: A partir de 28/03/2011, portaria nº 548/2011, torna sem efeito a portaria nº 546/2011, que nomeou **SERGIO PEREIRA BRUM**, RG nº 35.758.926-9, no cargo em comissão de Assistente de Secretária.

TRANSFERÊNCIA: A partir de 22/03/2011, portaria nº 549/2011, transfere a servidora **ADRIANA BRANCO DE MORAES HERRERA**, portadora do RG nº 15.245.808, matrícula 24.446, Agente em Gestão Administrativa e Serviços - Agente de Administração, da Secretaria Municipal das Administrações Regionais para a Secretaria Municipal de Educação.

EMDURB - Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural

Antonio Mondelli Júnior
Presidente

Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru
Pça João Paulo II, s/n.º - Terminal Rodoviário
http://www.emdurb.com.br
Pabx : (14) 3233 9000

administracao@emdurb.com.br
sistemaviario@emdurb.com.br

presidencia@emdurb.com.br
limpezapublica@emdurb.com.br

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - ATIVO

	RS	
	2010	2009
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	8.104.413,36	5.068.378,83
CIRCULANTE	8.104.413,36	5.068.378,83
DISPONIBILIDADES	4.870.521,62	3.940.030,39
CAIXA	19.213,17	19.349,68
FUNDO FIXO	480,00	480,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	205.950,37	192.467,42
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	4.644.878,08	3.727.733,29
CRÉDITOS	3.233.891,74	1.128.348,44
CONTAS A RECEBER - FUNERÁRIA/CREDISERV	481.258,87	447.637,78
CONTAS A RECEBER - TAXA GERENC.	1.052.497,16	1.052.359,18
CONTAS A RECEBER - PREF MUNICIPAL BAURU	56.207,00	56.207,00
VALORES A RECUPERAR	2.243.266,57	360.303,64
ESTOQUES	537.669,75	412.008,44
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS	344.900,35	287.017,71
DESPESAS ANTECIPADAS	11.483,32	6.205,97
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	-1.493.391,28	-1.493.391,28
NÃO CIRCULANTE	1.450.731,81	1.072.840,49
DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	171.534,61	131.325,72
DEPÓSITOS JUDICIAIS	171.534,61	131.325,72
CONTAS A RECEBER PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU	0,00	0,00
IMOBILIZADO	1.250.365,84	902.967,95
BENS E DIREITOS EM USO	7.610.829,70	7.001.350,59
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-6.435.326,15	-6.173.244,93
CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO	74.862,29	74.862,29
INTANGÍVEL	28.831,36	38.546,82
TOTAL DO ATIVO	9.555.145,17	6.141.219,32

JOÃO CARLOS TASCIN
Contador
CRC ISP119378/O-0

ANTONIO MONDELLI JUNIOR
Presidente

QUADRO II - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - PASSIVO

	RS	
	2010	2009
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	16.779.391,86	15.100.477,24
CIRCULANTE	16.779.391,86	15.100.477,24
CHEQUES A COMPENSAR - BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.172,62	7.002,71
FORNECEDORES	2.096.055,85	1.982.212,38
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	407,42
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	590.257,87	495.624,69
ENCARGOS SOCIAIS - PARCELAMENTO	1.645.434,29	1.691.647,80
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	10.061,45	2.483,27
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ O LUCRO	0,00	709.253,80
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITAS	53.052,74	53.669,14
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTOS	131.772,40	166.662,57
GRATIFICAÇÕES A PAGAR	3.345,60	7.236,88
CONTAS A PAGAR	6.904.830,90	4.746.702,47
PROVISÃO DE FÉRIAS	1.995.938,64	1.807.706,61
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	3.346.469,50	3.429.867,50
NÃO CIRCULANTE	32.778.940,74	34.763.388,13
PARCELAMENTOS	32.728.319,71	34.713.062,09
VALORES EM GARANTIA	4.864,73	4.569,74
ECCB - PROC. Nº 2136/01	45.756,30	45.756,30
	0,00	0,00
ECCB - PROC. Nº 2136/01	0,00	0,00
VALORES A RECEBER PMB - NOTAS DE DÉBITOS	0,00	0,00
PASSIVO A DESCOBERTO	-40.003.187,43	-43.722.646,05
CAPITAL	1.385.110,63	5.148,41
CAPITAL ESTATUTÁRIO	1.385.110,63	5.148,41
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	1.379.962,22
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	1.379.962,22

PREJUÍZO ACUMULADO	-41.388.298,06	-45.107.756,68
Prejuízos Acumulados	-26.115.348,77	-28.185.501,18
Ajuste de Exercícios Anteriores	-18.990.714,48	-18.992.407,91

RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.717.765,19	2.070.152,41
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.717.765,19	2.070.152,41

TOTAL DO PASSIVO	9.555.145,17	6.141.219,32
-------------------------	---------------------	---------------------

JOÃO CARLOS TASCIN
Contador
CRC ISP119378/O-0

ANTONIO MONDELLI JUNIOR
Presidente

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	RS	
	2010	2009
RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27.651.097,31	22.257.419,99
EXPEDIENTE	1.184,30	752,30
INTERDIÇÕES/DEMARCAÇÃO DE SOLO	501.271,28	112.258,02
ESTACIONAMENTO ROTATIVO	1.366.773,01	1.260.639,71
TRANSPORTE COLETIVO	903.472,15	942.143,86
TRANSPORTES ESPECIAIS	108.021,94	135.689,31
TERMINAL RODoviÁRIO	1.997.006,21	1.984.708,10
COLETA	19.508.170,73	15.638.200,70
NECRÓPOLES	2.230.294,67	1.080.363,67
FUNERÁRIA	269.822,53	1.102.664,32
GERENCIAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO	765.080,49	0,00
RECEITA REVENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
RECEITA DE REVENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	27.651.097,31	22.260.734,99
MULTAS DE TRÂNSITO	4.369.279,77	5.053.756,38
Multas Arrecadadas - EMDURB	1.174.301,97	1.550.078,86
Multas Arrecadadas - Secretaria Fazenda	3.605,10	7.063,01
Multas Arrecadadas - Licenc. Eletrônico	3.191.372,70	3.496.614,51
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PMB	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
(+) OUTRAS RECEITAS	4.369.279,77	5.053.756,38
(=) RECEITA BRUTA	32.020.377,08	27.314.491,37
IMPOSTOS	-521.673,46	-460.035,36
PIS s/ Faturamento	-521.673,46	-460.035,36
DEVOLUÇÃO DE MULTAS	-8.066,23	-7.229,00
(-) Devolução de Multas Arrecadadas	-8.066,23	-7.229,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-529.739,69	-467.264,36
(=) RECEITA LÍQUIDA	31.490.637,39	26.847.227,01
(-) CUSTO MERCADORIA VENDIDA	-18,36	-36,56
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-18,36	-36,56
(=) LUCRO BRUTO	31.490.619,03	26.847.190,45
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	469.511,43	2.873.282,12
RECEITAS FINANCEIRAS	329.524,47	219.817,78
RECEITAS COM ATUAL. MONETARIAS	181.647,47	2.651.829,16
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.625,72	34.905,64
DESPESAS FINANCEIRAS	-43.286,23	-33.270,46
DESPESAS OPERACIONAIS	-25.450.975,29	-21.829.864,41
DESPESAS TRABALHISTAS	-11.365.831,71	-9.657.319,75
ENCARGOS SOCIAIS	-4.977.030,90	-4.007.045,20
DESPESAS GERAIS	-8.096.154,54	-7.046.285,59
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-1.011.958,14	-1.119.213,87
OUTRAS DESPESAS	-2.893.449,20	-7.027.955,31
DESPESAS INDEUTIVÉIS	-1.223,46	-47.321,49
VARIAÇÃO DE MONETÁRIA PASSIVA	-53.954,50	-2.908.597,77
PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-2.838.271,24	-2.639.091,32
PROVISÃO PARA CREDITOS LIQ. DUVIDOSA	0,00	-525.506,75
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	0,00	-907.437,98
(-) DESPESAS	-27.874.913,06	-25.984.537,60
(=) LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	3.615.705,97	862.652,85
(+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	102.059,22	1.207.499,56
ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	-4.423,33
RECEITAS EVENTUAIS	102.059,22	1.211.922,89
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	0,00
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.717.765,19	2.070.152,41
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.717.765,19	2.070.152,41

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO - DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Capital Estatutário	Reserva de Capital	Lucro ou Prejuízo Acumulados	Lucro ou Prejuízo do Exercício	Ajuste de Exercícios Anteriores	Total do Passivo a Descoberto
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	5.148,41	1.379.962,22	-25.223.232,70	-2.463.962,95	-16.640.379,16	-42.942.464,18
Ajustes de exercícios anteriores						0
Efeitos da mudança de critérios contábeis						0
Retificação de erros de exerc. Anteriores					-685.395,38	-685.395,38
Transferencia Para Prejuizos Acumulados				2.463.962,95		2.463.962,95
Com lucros e reservas						0
Por subscrição						0
Reversões de Reservas						0
De contingências						0
De Lucros a Realizar						0
Ganhos e Perdas Não Realiz c/ Títulos e Valores Mobiliários						0
Lucro ou Prejuízo Líquido do exercício			-2.463.962,95			-2.463.962,95
Proposta da destinação do lucro:						0
Reserva Assistencia Social						0
Reservas Estatutárias						0
Outras Reservas de superavit/deficit (detalhar)						0
Lucro ou Prejuízo do Exercício				1.326.917,44		1.326.917,44
R\$...... por ação/cota						0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	5.148,41	1.379.962,22	-27.687.195,65	1.326.917,44	-17.325.774,54	-42.300.942,12
Ajustes de exercícios anteriores						0
Efeitos da mudança de critérios contábeis						0
Retificação de erros de exerc. Anteriores					-1.128.066,36	-1.128.066,36
Transferencia Para Prejuizos Acumulados				-1.326.917,44		-1.326.917,44
Com lucros e reservas						0
Por subscrição						0
Reversões de Reservas						0
De contingências						0
De Lucros a Realizar						0
Ganhos e Perdas Não Realiz c/ Títulos e Valores Mobiliários						0
Prejuízo Líquido do exercício			1.326.917,44			1.326.917,44
Proposta da destinação do lucro:						0
Reserva Assistencia Social						0
Reservas Estatutárias						0
Outras Reservas de superavit/deficit (detalhar)						0
Resultado do Exercício				-1.825.222,97		-1.825.222,97
R\$...... por ação/cota						0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	5.148,41	1.379.962,22	-26.360.278,21	-1.825.222,97	-18.453.840,90	-45.254.231,45
Ajustes de exercícios anteriores						0
Efeitos da mudança de critérios contábeis						0
Retificação de erros de exerc. Anteriores					-538.567,01	-538.567,01
Transferencia Para Prejuizos Acumulados				1.825.222,97		1.825.222,97
Com lucros e reservas			-1.825.222,97			-1.825.222,97
Por subscrição						0
Reversões de Reservas						0
De contingências						0
De Lucros a Realizar						0
Ganhos e Perdas Não Realiz c/ Títulos e Valores Mobiliários						0
Prejuízo Líquido do exercício						0
Proposta da destinação do lucro:						0
Reserva Assistencia Social						0
Reservas Estatutárias						0
Outras Reservas de superavit/deficit (detalhar)						0
Resultado do Exercício				2.070.152,41		2.070.152,41
R\$...... por ação/cota						0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	5.148,41	1.379.962,22	-28.185.501,18	2.070.152,41	-18.992.407,91	-43.722.646,05
Ajustes de exercícios anteriores						0
Efeitos da mudança de critérios contábeis						0
Retificação de erros de exerc. Anteriores					1.693,43	1.693,43
Transferencia Para Prejuizos Acumulados						0
Com lucros e reservas			2.070.152,41	-2.070.152,41		0
Por subscrição						0
Por integralização da Reserva de Capital	1.379.962,22	-1.379.962,22				0
Reversões de Reservas						0
De contingências						0
De Lucros a Realizar						0
Ganhos e Perdas Não Realiz c/ Títulos e Valores Mobiliários						0
Prejuízo Líquido do exercício						0
Proposta da destinação do lucro:						0
Reserva Assistencia Social						0
Reservas Estatutárias						0
Outras Reservas de superavit/deficit (detalhar)						0
Resultado do Exercício				3.717.765,19		3.717.765,19
R\$...... por ação/cota						0
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.385.110,63	-	-26.115.348,77	3.717.765,19	-18.990.714,48	-40.003.187,43

JOÃO CARLOS TASCIN
Contador - CRC 1SP119378/O-0

ANTONIO MONDELLI JUNIOR
Presidente

**QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	EM R\$	
	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.717.765,19	2.070.152,41
Depreciações e amortizações	272.918,03	240.000,32
Valor residual do ativo imobilizado baixado	0,00	4.420,58
Variação/Constituição Reservas para Contingências	-83.398,00	907.437,98
Variação nas Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,00	524.747,57
Ajustes de Exercícios anteriores	1.693,43	-538.567,01
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	3.908.978,65	3.208.191,85
(Aumento) redução de ativos:		
- Clientes	-33.759,07	536.932,06
- Estoques	-125.661,31	46.438,13
- Valores a recuperar	-1.882.962,93	-300.127,03
- Créditos de funcionários	-57.882,64	-61.315,24
- Despesas antecipadas	-5.277,35	9.879,58
- Outras contas a receber não circulantes	0,00	0,00
- Depósitos Judiciais - Não circulantes	-40.208,89	44.057,90
Aumento (redução) de passivos:		
- Fornecedores	113.843,47	-398,78
- Parcelamentos circulantes		-928.804,98
- Outras obrigações circulantes	-5.237,51	5.727,73
- Encargos sociais a pagar	48.419,67	495.617,49
- Provisão para férias e encargos	188.232,03	393.840,52
- Obrigações tributárias	-702.292,11	657.095,91
- Obrigações tributárias - parcelamentos	-34.890,17	-672.991,43
- Outras contas a pagar	2.154.237,23	1.542.376,88
- Parcelamentos não circulantes	-1.984.742,38	-1.799.631,91
- Outras obrigações não circulantes	294,99	300,61
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.541.091,68	3.177.189,29
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
- Integralização da Reserva de Capital no Capital	-1.379.962,22	0,00
- Aquisição de ativo imobilizado	-609.479,11	-489.716,17
- Aquisição de ativo intangível	-1.121,34	-30.286,00
Caixa consumido nas atividades de investimentos	-1.990.562,67	-520.002,17
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização da Reserva de Capital no Capital	1.379.962,22	0,00
Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento	1.379.962,22	0,00
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	930.491,23	2.657.187,12
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	4.870.521,62	3.940.030,39
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	3.940.030,39	1.282.843,27
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	930.491,23	2.657.187,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOÃO CARLOS TASCIN
Contador
CRC 1SP119378/O-0

ANTONIO MONDELLI JUNIOR
Presidente

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Srs. Diretores e Administradores da
EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU
Bauru-SP

Examinamos as demonstrações financeiras da EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles financeiros da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação de adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em decorrência do convênio de municipalização do trânsito, a EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU, registrou em conta de receitas, pelo regime de caixa, o montante de R\$ 4.369.279,77 (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), efetivamente recebidos pela imposição de multas no exercício da fiscalização exercida, referente ao trânsito de veículos.

A EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU, possui ação de cobrança judicial contra a Prefeitura do Município de Bauru, objetivando o ressarcimento de valores, decorrentes da aplicação de multas de trânsito; o valor objeto da ação, no montante de R\$3.698.000,73 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, e setenta e três centavos) e não se encontra reconhecido contabilmente, uma vez que a empresa utiliza o regime de caixa para o reconhecimento dos valores efetivamente recebidos.

A EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU, não comprova a propriedade dos imóveis registrados contabilmente na rubrica Edificações, apresentada no montante de R\$ 2.161.972,32 (dois milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos); na documentação apresentada consta a Prefeitura Municipal de Bauru como a entidade detentora da posse do Imóvel.

Não foi desenvolvido programa de trabalho, visando a aplicação de testes de recuperabilidade nos bens integrantes do seu ativo imobilizado, mantendo os respectivos saldos pelo custo histórico de aquisição e construção. Desta forma não foi possível avaliarmos o efeito, caso esta prática contábil fosse aplicada no Resultado e no Patrimônio Líquido da EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU.

Abstenção de Opinião

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas considerando as práticas contábeis, entretanto face às limitações e a relevância dos fatos mencionados nos parágrafos base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, a amplitude de nossos exames, não foi suficiente para permitir-nos emitir, e por isso não emitimos, opinião sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 da EMDURB-EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU.

Ênfase

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010, da EMDURB- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades, pressupondo a

realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações, apesar do capital de giro negativo e do passivo a descoberto apresentados.

Assim, os aspectos mencionados neste Relatório devem ser considerados em uma avaliação da continuidade normal das operações da empresa. A continuidade normal de suas operações está correlacionada diretamente em medidas de saneamento financeiros, através do aporte de capital e reestruturação de seu custo operacional.

Bauru, 22 de março de 2011.

SACHO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP.017.676/O-8

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EMDURB, abaixo assinados, no cumprimento de suas atribuições legais, reuniu-se no dia 25 (vinte e cinco) de março de 2011, às 18 (dezoito) horas, em sala de reuniões da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano Rural de Bauru, sito à Praça João Paulo II, s/ nº, Terminal Rodoviário, com a presença dos membros efetivos: Nilton Carlos Gabriel, Ana Lúcia Demarchi e Paulo Barbosa Filho, com o objetivo de apreciar o RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do exercício encerrado em 31 de dezembro de dois mil e dez da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU. PARECER DO CONSELHO FISCAL:- Os membros do Conselho Fiscal analisando o relatório de auditoria emitido em 22 de março de dois mil e onze, resolve, de forma unânime, em face das ressalvas nele contidas, acompanhar a opinião emitida pelos Senhores Auditores Independentes em relação às Demonstrações financeiras do exercício de 2011.

Bauru, 25 de março de 2011.

Nilton Carlos Gabriel Ana Lúcia Demarchi
Presidente Secretária

Paulo Barbosa Filho
Membro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

I - CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, instituída pela Lei 2.166 de 25/09/1979 e alterações posteriores, cujo controle financeiro interno é exercido pelo Poder Executivo Municipal, tem como objeto social o gerenciamento do Terminal Intermunicipal de Passageiros de Bauru, supervisionar, gerenciar e administrar:-

- I. a política de transporte do Município;
- II. a política de desenvolvimento urbano e rural do Município;
- III. a política de limpeza pública, destinação e tratamento do lixo;
- IV. a política de uso e ocupação do solo;
- V. o serviço funerário e os cemitérios do município, fiscalizando também os cemitérios particulares;
- VI. executar outros serviços públicos que lhes forem atribuídos pelo Município e serviços privados que venha a contratar com outros Municípios ou com particulares.

A partir da publicação da Lei de nº 5979 de 19 de outubro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Dos Objetivos Sociais

Art. 2º São objetivos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB:
I - supervisionar, gerenciar e executar a política de trânsito e transportes do Município;
II - revogado;
III - supervisionar, gerenciar e executar a política de limpeza pública, destinação e tratamento do lixo;
IV - revogado;
V - promover e administrar o serviço funerário assistencial e gerenciar e administrar os cemitérios municipais;
VI - revogado;
VII - revogado.”

Parágrafo Único No cumprimento de seus objetivos a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB seguirá as diretrizes e metas fixadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Bauru e em atos normativos a ele equivalentes.

Para gerenciar seus controles internos e administrar as receitas decorrentes de sua atividade, a Empresa utiliza-se de um software de gestão parcialmente integrado à contabilidade, existindo ainda aperfeiçoamentos técnicos em andamento e relatórios fiscais a implantar, que irão utilizar a extensa base de dados já existente.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação

societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor presente de Contas a Receber e Provisões para Passivos Contingentes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Essas demonstrações financeiras buscam convergir com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS), e foram elaboradas com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

III - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03 - A Empresa tem como prática contábil a uniformidade para a escrituração de suas Despesas e Receitas, que são apropriadas pelo Regime de Competência, exceto o recebimento das multas de trânsito, que eram registradas pelo regime de Caixa até 31/10/2010, conforme descrito à Nota 12.

NOTA 04 – Os controles internos existentes são satisfatórios e asseguraram a correta contabilização dos fatos existentes pela gestão da Empresa

IV – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a. Bancos Conta Movimento:- O saldo das contas correntes bancárias mantido pela entidade se apresentou em concordância com os extratos bancários fornecidos pelas instituições financeiras:

Ativo Circulante

	RS	RS
Disponibilidades	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
- Bancos Conta Movimento	205.950,37	192.467,42
Total	205.950,37	192.467,42

b. Aplicações Financeiras:- Estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço com base no regime de competência:

Ativo Circulante

	RS	RS
Disponibilidades	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
- Aplicação de Liquidez Imediata	4.644.878,08	3.727.733,29
Total	4.644.878,08	3.727.733,29

A entidade não possui operações envolvendo instrumentos derivativos, sendo estas aplicações mantidas para suprimento financeiro e orçamentário emergencial. Os saldos principais estão aplicados em renda fixa.

c. Valores a Recuperar:- Estão contabilizados pelo seu valor original, correspondentes a direitos entendidos por sua administração como passíveis de recuperação junto a emitentes de cheques sem provisão de fundos, Impostos a recuperar junto ao fisco federal e outros valores a recuperar, já deduzidos da respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), constituída em montantes julgados suficientes pela administração. A provisão constituída para este grupo, no valor de R\$ 50.362,97, está incluída na PCLD total de R\$ 1.493.391,28, demonstrada no Balanço.

Ativo Circulante

	RS	RS
Circulante	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
- Valores a Recuperar	2.243.266,57	360.303,63
Total	2.243.266,57	360.303,63

d. Perdas no Recebimento de Créditos:- A Empresa constitui provisão em reconhecimento à eventual perda de créditos decorrentes de sua atividade. O saldo constituído na data do balanço é de R\$ 336.966,18 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), incluído na PCLD total de R\$ 1.493.391,28, demonstrada no Balanço.

e. Estoques:- São demonstrados ao custo médio de compra e refere-se à material de uso e consumo próprio, aplicados na manutenção de máquinas, veículos e equipamentos, bem como almoxarifado de materiais de expediente, cujos valores foram devidamente confirmados e conciliados, mediante realização de inventário físico e registro de inventário.

Ativo Circulante

	RS	RS
Circulante	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
- Estoque de Materiais	537.669,75	412.008,44
Total	537.669,75	412.008,44

f. **Despesas Antecipadas:**- Os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, estão sendo fracionados em observância à vigência dos contratos.

g. **Imobilizado de Uso:**- Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação mensal acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com a legislação fiscal, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens; a Empresa não comprova a propriedade dos bens Imóveis – **Edifícios** – lançados em seu Ativo não Circulante, porém calcula e reconhece a respectiva depreciação:

Ativo não Circulante - Imobilizado e Intangível

	RS Em 31/12/2010	RS Em 31/12/2009
Imobilizado		
Bens e Direitos em Uso		
- Edifícios.....	2.161.973,32	2.161.972,32
- Móveis e Utensílios.....	283.276,70	258.999,74
- Máquinas e Equipamentos	1.101.298,50	1.010.021,51
- Ferramentas.....	42.384,39	41.968,32
- Veículos.....	2.948.920,63	2.536.923,91
- Equipamentos de Informática	899.151,76	822.589,39
- Instalações.....	167.713,22	162.763,22
- Direito de Uso de Linha Telefônica.	6.112,18	6.112,18
Soma.....	7.610.829,70	7.001.350,59
(-) Depreciação Acumulada	(6.435.326,15)	(6.173.244,93)
Sub-total.....	1.175.503,55	828.105,66
- Construção em Andamento.....	74.862,29	74.862,29
Sub-total.....	74.862,29	74.862,29
Intangível		
- Software.....	310.510,67	309.389,33
Soma.....	310.510,67	309.389,33
(-) Amortização Acumulada.....	(281.679,31)	(270.842,50)
Sub-total.....	28.831,36	38.546,83
Total	1.279.197,20	941.514,78

A empresa manteve seu imobilizado e intangível registrado pelo custo histórico de aquisição e construção, não efetuando testes de recuperabilidade em seus Ativos, conforme dispõe a Lei. 11.638/07 e CPC 01, CPC 27 e ICPC 10, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

h. **Passivo Circulante:**- Estão registrados pelos valores históricos contraídos, vencíveis no Circulante e estão reconhecidos os efeitos da atualização monetária e demais gravames inerentes aos débitos, quando aplicáveis, de forma que representam o valor real da dívida da Empresa em função das provisões de juros e multas:-

Passivo Circulante

	RS Em 31/12/2010	RS Em 31/12/2009
Circulante		
- Cheques a Compensar.....	2.172,62	7.002,71
- Fornecedores.....	2.096.055,85	1.982.212,38
- Salários e Ordenados a Pagar.....	-	407,42
- Encargos Sociais a Pagar e parcelamentos	2.235.692,16	2.187.272,49
- Obrigações Tributárias.....	194.886,59	932.068,78
- Provisão para Férias.....	1.995.938,64	1.807.706,61
- Gratificações a Pagar.....	3.345,60	7.236,88
- Indenizações a Pagar	21.138,38	-
- Contas a Pagar.....	6.883.692,52	4.746.702,47
- Provisão para Contingências	3.346.469,50	3.429.867,50
Total	16.779.391,86	15.100.477,24

i. **Contas a Pagar:**- registra demais obrigações da entidade e o saldo de curto prazo da obrigação com o INSS/FPM, comentado na Nota 05 b, abaixo.

Contas a Pagar

Descrição	RS Em 31/12/2010	RS Em 31/12/2009
Coopemdurb	105.983,62	141.362,33
Funset	83.975,77	83.975,77
Câmara de Compensação Tarifária	126.030,76	126.030,76
Aluguéis	3.101,19	1.000,00
Pensão Alimentícia	1.146,82	9.349,85
Sindicato Servidor Municipal	1.245,44	1.172,07

Seguro dos Funcionários	504,73	652,82
Associação Servidores Públicos	1.657,22	1.571,09
Empréstimo consignado funcionários	38.390,23	24.488,72
Indenizações a Pagar	21.138,38	-
Receitas de Multas PMB – Boletos	282.649,21	-
Receitas de Multas PMB – Sec. Fazenda	262,83	-
Receitas de Multas PMB – Lic. Eletrônico	443.512,51	-
Vale compra	1.980,00	1.980,00
INSS/PMB – FPM Processo 17.249	5.793.252,19	4.355.119,06

Total **6.904.830,90** **4.746.702,47**

NOTA 05 – **Passivo Não Circulante:**- Registra os parcelamentos de dívidas firmados pela Empresa.

Passivo não Circulante – Parcelamentos

Descrição	RS Em 31/12/2010	RS Em 31/12/2009
Parcelamento DAE	1.692.927,71	1.961.154,28
Parc INSS/PMB – FPM Processo 17.249	15.524.615,79	17.111.127,07
Parc FGTS	1.287.721,85	1.417.726,38
Parc INSS MP 303/2006	9.636.943,56	9.636.943,56
Parc Pis 120 parcelas	222.891,84	222.891,84
Parc Paex – 130 parcelas	3.648.776,86	3.648.776,86
Parc multas	18.017,40	18.017,40
Parc IRPJ	18.981,29	18.981,29
Parc Pis processo 5010	469.208,41	469.208,41
Parc Pis processo 5037	14.507,43	14.507,43
Parc Pis processo 0016	64.309,37	64.309,37
Parc CLT processo 2487	47.367,90	47.367,90
Parc CLT processo 2482	7.524,69	7.524,69
Parc CLT processo 2644	74.525,61	74.525,61
Total	32.728.319,71	34.713.062,09

a. **Parcelamento DAE:**- A Empresa escriturou no ano de 2002 dívida no valor de R\$ 721.652,65 (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), junto ao Departamento de Águas e Esgotos de Bauru (DAE) - Processos n°. 12.313/00 e 3202/01; a partir do ano de 2003 interrompeu os pagamentos acordados e atualizou o montante devido em 31/12/2009. Os juros e atualização monetária foram calculados com base no IPCA e posteriormente atualizados pela UFESP, conforme recomendação do credor e estão registrados em rubrica específica, no Passivo Circulante, saldo de R\$ 304.731,42. (trezentos e quatro mil, setecentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos).

Passivo Não Circulante

Parcelamento de Dívidas	RS Em 31/12/2010	RS Em 31/12/2009
- Departamento de Água e Esgoto.....	1.692.927,71	1.961.154,28
Total	1.692.927,71	1.961.154,28

b. **Parcelamento INSS/FPM:**- A reedição da Medida Provisória 2187-12 de 27/07/2001 possibilitou a EMDURB, através do Poder Executivo Municipal, o pedido de amortização de sua dívida junto ao INSS, mediante pedido de exclusão do Programa de Recuperação Fiscal das Empresas – **REFIS** - assinado em 24/03/2000. O pedido de amortização da dívida está fundamentado no “Termo de Amortização de Dívida Fiscal junto ao INSS”, assinado pelo Sr. Prefeito Municipal – Nilson Costa -, no qual a dívida existente da EMDURB, referente as competências de 05/1996 a 06/2001 não pagas, seja amortizada através da retenção de 4% do Fundo de Participação do Município – FPM. Do total da dívida negociada pelo Município, o valor de R\$ 11.407.022,30 (onze milhões, quatrocentos e sete mil, vinte e dois reais e trinta centavos), corresponde a dívida da Emdurb junto ao INSS, e foi regularizada contabilmente em 31/12/2003, mediante planilha, a qual sua preparação teve a orientação da Secretaria de Finanças do Município de Bauru.

Tendo em vista a Lei 11.941/09, a empresa obteve redução nos juros e atualização monetária sobre o montante da dívida, assim, o saldo total devido junto ao INSS, que era de R\$ 20.988.947,67 (vinte milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos) passou a R\$ 18.345.211,99 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e onze reais e noventa e nove centavos) em dezembro de 2009. O novo saldo da dívida está contemplado no Ofício DRF/BAU/SACAT n.º 1.449/2009, da Secretaria da Receita Federal emitido à Prefeitura Municipal de Bauru, datado de 30 de dezembro de 2009.

A redução deste passivo, no montante de R\$ 2.643.735,68 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos) foi registrado no exercício de 2009 pela empresa como Receitas - Ganho de Variação de Impostos, sendo oferecido a tributação do IRPJ e CSLL.

Em 2010, o total das amortizações, através do FPM – Fundo de Participação do Município, foi de R\$ 1.514.000,92.

Passivo Não Circulante

	RS	
	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
Parcelamento de Dívidas		
- INSS/FPM – Processo nº. 17.249/01..	15.524.615,79	17.111.127,07
Total	15.524.615,79	17.111.127,07

c. Parcelamento FGTS/FPM:- A Lei nº. 5268, de 12 de julho de 2005, autorizou o Poder Executivo Municipal a figurar na qualidade de garantidor, no acordo de parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, celebrado junto à Caixa Econômica Federal. O acordo, evidenciado no “TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS - COM OPÇÃO, VINCULAÇÃO E REPASSE, EM GARANTIA, DE QUOTAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM”, assinado em 19 de setembro de 2005, pelo Sr. Prefeito Municipal de Bauru, José Gualberto Tuga Martins Angerami e pelos Srs. Renato Celso Bonomo Purini e João Carlos Tascini, respectivamente, Diretores Presidente e Administrativo da época, possibilitou a EMDURB parcelar a dívida, confessada no valor de R\$ 2.392.188,62 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), pelo período de 180 meses onde, primeiramente, deverá ser quitado os débitos que se encontram em fase judicial, seguidos daqueles que se encontram em fase administrativa. Os valores confessados diferem do valor escriturado pela Empresa, motivo pelo qual a entidade buscará a devida regularização, junto ao Ministério do Trabalho para apuração do real valor da dívida.

Saldo do parcelamento:

Passivo não Circulante

	RS	
	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
Parcelamento de Dívidas		
- FGTS/FPM	1.287.721,85	1.417.726,38
Total	1.287.721,85	1.417.726,38

NOTA 06 - Processos Judiciais ECCB – Registram os valores dos créditos não circulantes transferido em 01/01/2008 do grupo de Receitas (Resultados) de Exercícios Futuros, extinto pela Lei 11.638/07; não houve movimentação na referida rubrica, estando no aguardo de definição de ambas as partes.

Passivo não Circulante

	RS	
	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
Não Circulante		
- ECCB – Processo nº. 2136/01	45.756,30	45.756,30
Total	45.756,30	45.756,30

NOTA 07 – Passivo a Descoberto:- O Passivo a Descoberto da EMDURB está representado pelo valor histórico de seu Capital Social, acrescido dos Lucros e diminuído dos Prejuízos Acumulados, decorrentes da atividade operacional, ao longo dos exercícios, e dos Ajustes de Exercícios Anteriores registrados. No exercício, a entidade incorporou o saldo de R\$1.379.962,22 de Reservas de Capital ao Capital, mediante Ata de Administração, data de 25/01/2010.

NOTA 08 – Ajuste de Exercícios Anteriores:-

PASSIVO

	RS	
	Em 31/12/2010	Em 31/12/2009
Passivo a Descoberto		
- Ajuste de Exercícios Anteriores.	(18.990.714,48)	(18.992.407,91)
Total	(18.990.714,48)	(18.992.407,91)

Variação de R\$ 1.693,43 decorrentes de juros e atualização de obrigações lançadas, referentes ao exercício de 2010.

NOTA 09 - Bens dados em Penhora:- A Empresa possui bens, em montante correspondente a R\$ 2.217.434,14 (dois milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos, posição em 31/12/2009), conforme relação constante no processo, dados em penhora para garantia do Juízo Federal, a respeito das Execuções Federais em andamento contra a Empresa. Consta do respectivo documento que, por força de lei, os representantes legais da Empresa são automaticamente nomeados como depositário fiel dos bens apresentados, seguido de orientação para que haja o resguardo desses bens, sua indisponibilidade e também não permitam que sofram deteriorações ou sejam danificados, sob pena de prisão nos termos da lei. Por fim, com o objetivo de regularizar a situação, a administração aderiu ao programa do governo para parcelamento das dívidas de esfera Federal e Previdenciária, amparado pela medida provisória nº 303/06 conforme termos de opções, constando os pagamentos das parcelas acordadas de forma regular.

NOTA 10 – Cobertura de Seguros:- A empresa não possui cobertura de seguros para seus Estoques, Bens Móveis e Imóveis, exceto para alguns veículos de sua frota.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

NOTA 11 – A Empresa possui registrado em seu Ativo crédito no valor de R\$ 1.049.855,13 (hum milhão, quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos) junto à empresa Alexandre Quaggio Transportes Ltda., decorrente da taxa de gerenciamento exercido sobre a câmara de compensação tarifária do transporte coletivo da cidade de Bauru. De acordo com orientação de seu departamento jurídico, através da ação de cobrança em fase de execução – Processo nº 946/2006, o valor do crédito pleiteado é de R\$ 4.599.810,19 (quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e dez reais e dezenove centavos, posição em 12/2006); este montante não foi escriturado contabilmente, tendo em vista a improvável realização do crédito; a administração constituiu provisão em 100% do saldo de R\$ 1.049.855,13, o qual está incluso na PCLD total de R\$ 1.493.391,28 demonstrada no Balanço.

NOTA 12 – Em decorrência do convênio de municipalização do trânsito, a Empresa registrou em receitas, no período de janeiro a novembro de 2010, pelo regime de caixa o valor de R\$ 4.369.279,77 (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos) referente a imposição de multas no exercício da fiscalização exercida. Devido à ausência de controles internos determinando as atuações efetivamente aplicadas, não ocorreu o registro contábil pelo regime de competência, dos valores das respectivas multas. Com a alteração do Contrato de Prestação de Serviços nº 6.150/10 firmado entre a EMDURB e a Prefeitura de Bauru em 26 de Outubro de 2010, os valores efetivamente arrecadados estão sendo transferidos diretamente às contas da Prefeitura Municipal de Bauru, não sendo mais de competência da Emdurb esta receita.

NOTA 13 – A Empresa promoveu ação de cobrança judicial contra a Prefeitura do Município de Bauru, no valor de R\$ 3.698.000,73 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil e setenta e três centavos), correspondentes a multas de trânsito aplicadas no município, arrecadadas por bancos particulares no ano de 2001 a 2004 e depositadas em conta corrente bancária da Prefeitura Municipal de Bauru. Ocorre que por força do convênio de municipalização do trânsito, os valores deveriam ter sido repassados à EMDURB. Ressalta-se que em razão da não observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, dentre estes o da Competência, no registro das atuações aplicadas em decorrência das infrações de trânsito de veículos, não houve qualquer reconhecimento contábil do crédito pleiteado.

NOTA 14 – Em atendimento ao Pronunciamento nº. 25, do CPC e NPC nº. 22, a Empresa mantém Provisão, para reconhecimento das contingências existentes, no montante de R\$ 3.346.469,50 (três milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), oriundas de processos, assim distribuídos:

- De Natureza cível, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 2.677.250,00
- De natureza Trabalhista, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 649.333,00
- De natureza Fiscal, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 19.886,50

A entidade não possui processos com expectativa de perda Possível, motivo pelo qual não faz menção nestas Notas Explicativas.

Quanto às dívidas reconhecidas no Passivo Circulante e não circulante, as mesmas se encontram escrituradas, com base em Termos de confissão de dívida assinados e com compromissos de pagamentos formalizados, e que devido à ausência de histórico não se permite segregá-las do montante das ações informadas pelo seu departamento jurídico. As estimativas foram feitas pela administração, com base na orientação de seus assessores jurídicos.